

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: UM MODO DE DIVERSIFICAR E AGREGAR VALOR NA PRODUÇÃO DE BASE FAMILIAR.

ANDERSSON, Norberto Luiz Marques¹; GOMES, Mário Conill²; ANDERSSON, Fabiana da Silva³; PETER, Márcia Milach⁴

¹M. Sc. Coordenador do Programa Municipal de Agroindústria Familiar de São Lourenço do Sul - Rs.
norbertoan@ibest.com.br

²Doutor, Professor no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – FAEM/UFPEL – mconill@gmail.com

³Doutoranda, no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – FAEM/UFPEL - fabiandersson@gmail.com

⁴Graduanda, Faculdade de Engenharia Agrícola – FEA/UFPEL – marciamilachpeter@ibest.com.br

Campus Universitário - Caixa Postal, 35 - CEP 96010-900- Pelotas/RS.

1 INTRODUÇÃO

Segundo ANDERSSON (2010), os agricultores de base familiar trabalham em suas áreas, com culturas vegetais que garantam sua subsistência. Para isto, utilizam criatividade e recursos disponíveis dentro da propriedade, com a finalidade de facilitação do trabalho e diminuição de custos, utilizando a diversificação de cultivos como ação necessária para sua segurança alimentar.

Partindo desses pressupostos, dentro da unidade produtiva, a racionalidade da produção familiar direciona para a lógica do auto-abastecimento e da produção de excedentes para comercialização, estando socialmente articulados com a cadeia produtiva.

O produtor agrícola familiar fica insatisfeito quando os preços de mercado, dos seus produtos, apresentam queda de preço. Para equilibrar as contas, ele sabe da necessidade em aumentar a oferta de produtos de base familiar para o mercado, através da diversificação da produção, aumentando o valor agregado. Como seria possível, o produtor agrícola familiar ter uma alternativa para diversificar seu produto na venda e entrega de produtos industrializados? Desse modo, iria diversificar e agregar valor na sua produção e conseqüentemente abrir novos postos de trabalho, dentro da propriedade rural?

O mercado, cada vez, exige mais eficiência em todos os segmentos da cadeia de produção, a plena integração da produção rural às necessidades do processo de transformação se apresenta, como uma conseqüência importante, para que aconteça a diversificação e agregação de valor nos produtos oriundos da produção de base agrícola familiar, estimulando um aumento da renda para estes agricultores.

Segundo NASCIMENTO NETO (2006), os agricultores de base familiar têm buscado agregar valor e renda à produção de alimentos, quer por meio da oferta de um produto não processado, intrinsecamente diferenciado, ou usando vantagens da prática do processo agroindustrial da sua produção.

O objetivo deste trabalho é avaliar ferramentas que viabilizem novas estratégias para o rural, através da existência de um produto diferenciado através da diversificação, utilizando algum tipo de processamento ou industrialização que domine. Essa agroindustrialização poderia ser individual ou em grupo, no caso poderia ser de uma comunidade ou associação de produtores de base familiar,

direcionando este produto para o Programa Fome Zero e Merenda Escolar, e dessa maneira ampliando o mercado consumidor.

No plano socioeconômico, a qualidade de certos produtos vai além dos aspectos intrínsecos e extrínsecos do produto, podendo ser lida pelo valor agregado à produção, ou seja, ser um produto característico de uma determinada região ou coletividade, ser produzido segundo um método tradicional determinado, ser um produto socialmente justo, ser produzido com respeito ao ambiente, ser produzido com métodos diferenciados como é o caso da agricultura orgânica. Esses aspectos representam outras formas pelas quais o conceito de qualidade é expresso.

2 METODOLOGIA

Por ser este um trabalho de natureza qualitativa e exploratória, utilizou-se um estudo de caso, segundo conceito formulado por André (1984).

Através da análise de documentos oriundos da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) do Município de São Lourenço do Sul, RS, obteve-se dados referentes ao licenciamento ambiental municipal das agroindústrias familiares da região. Realizam-se visitas periódicas nestes estabelecimentos agroindustriais, que requereram o licenciamento ambiental/sanitário ao órgão municipal/estadual competente, a fim de produzir um diagnóstico quali-quantitativo das iniciativas em agroindustrialização, relacionadas com diversificação e agregação de valor no produto final, existentes em 43 empreendimentos, no município de São Lourenço do Sul.

A busca de fontes secundárias foi realizada de forma a complementar os conhecimentos sobre o tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme ANDERSSON et al. (2010), os alimentos oriundos de atividades agrícolas familiares e processados em agroindústrias rurais, pela própria família, apresentam uma função direta com o cultural, com o social, com o econômico e com o ambiental, como, entre outros, o aproveitamento de excedentes e a agregação de valor, portanto o produto final obtém alta qualidade sócio/ambiental, função das técnicas produtivas baseadas em princípios que respeitam as relações de equilíbrio homem/natureza.

A segurança alimentar envolve a produção primária de alimentos, processos industriais, estocagem, distribuição e comercialização, indo ao encontro da legislação para o licenciamento ambiental/sanitário dos empreendimentos ou atividades, pois aperfeiçoa o processo de produção, reduz a produção de resíduos, tem melhor aproveitamento dos insumos e abre portas para um consumo sustentável.

O resultado preliminar junto às propriedades estudadas indica que estes empreendimentos tendem a procurar uma alternativa de diversificação e agregação de valor econômico, social, ambiental e cultural ao produto final rural.

Segundo CARUSO e SACCO ANJOS. (2008), nenhum programa ou apoio governamental conseguirá atingir seus objetivos sem uma ação articulada e consistente no que afeta ao financiamento dos empreendimentos, apoio à qualificação dos processos produtivos, acesso aos mercados, formação profissional, e um ambiente institucional que propicie o sucesso destes empreendimentos. Coincidimos com estes autores e por isso esperamos que através das entrevistas

que estão sendo executadas, com o desenvolvimento deste projeto, realizar uma importante aproximação à realidade em que operam essas agroindústrias.

Essas informações são relevantes na medida em que inexistem dados junto às fontes estatísticas usuais com relação a essas empresas responsáveis pela geração de emprego e renda no meio rural. Com a realização da pesquisa, será possível avaliar se as políticas públicas referentes aos programas de agroindustrialização familiar estão cumprindo os objetivos segundo os quais foram concebidos, destacando a forma através do qual os aludidos obstáculos podem ser superados. Para tanto, espera-se que os resultados completos, estejam disponíveis dentro de 90 dias.

Existem projetos de lei em tramitação, que apóiam as agroindústrias, portanto, na prática, os Serviços de Inspeção Municipais (SIM) poderiam ser os responsáveis pela autorização de comercialização dos produtos no estado. A inspeção no município deve atender a critérios e parâmetros técnicos de avaliação sanitária que garantam a qualidade do produto para o consumo. Os sistemas municipais serão integrados e organizados em rede, através do Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf-Rs), que, se aprovado pelo parlamento, será coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, do governo do estado.

Tanto a legislação quanto a concorrência e a evolução da sociedade impõem sistematicamente ao processo agroindustrial alterações que afetam sua necessidade tecnológica, sua operação e seu desempenho. São exigidas, do empreendimento agroindustrial, melhores condições de qualidade dos produtos, menores preços, pronta disponibilidade de entrega e diversidade de opções, para isso o poder público deverá estar presente nos estímulos relacionados com essas iniciativas.

Essas condições fazem com que as agroindústrias tenham que adquirir maior flexibilidade para comportar a produção mais freqüente de lotes menores, processos mais precisos e confiáveis para a obtenção dos níveis de qualidade exigidos e a eliminação de atividades que não agregam valor aos produtos. As agroindústrias também têm procurado focalizar seus esforços no desempenho das atividades específicas da transformação industrial que mais dominam. Essa postura incorpora o problema fundamental de atrelar às necessidades da agroindústria a oferta de matéria prima, isenta de doenças, com maturação homogênea, sem mistura de variedades e com propriedades físicas e/ou químicas definidas, como conseqüência a adequação ambiental/sanitária de um produto industrializado saudável.

4 CONCLUSÃO

Em relação às novas oportunidades de renda para os produtores familiares apenas a produção primária não cria os postos de trabalho necessários para atender o desejo de permanência dos jovens no meio rural. Além disso, somente a atividade agrícola não gera renda atrativa para satisfazer as expectativas dos jovens, principalmente das moças que buscam atividades menos penosas que o trabalho na agricultura.

Noções como planejamento e controle da produção, gestão da qualidade e redução de desperdícios, logística, desenvolvimento de embalagens adequadas e outras técnicas poderiam ser disponibilizadas para estes agricultores, através do

oferecimento de cursos específicos, intermediados pelo poder público, aos produtores de base familiar que queiram desenvolver projetos agroindustriais rurais.

As políticas públicas devem ter a preocupação de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar e ao mesmo tempo criar um ambiente propício para o surgimento de atividades não agrícolas, chamada de pluriatividade, e de verticalização da produção no meio rural, relacionando atividade primária e secundária, dentro da reprodução familiar da agricultura.

5 REFERÊNCIAS

ANDERSSON, N. L. M. **Seleção de Tratores Agrícolas Adequados à Agricultura Familiar**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (2010).

ANDERSSON, F. S. ANDERSSON, N. L. M. **A SEGURANÇA ALIMENTAR PROMOVIDA POR AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ATRAVÉS DE CONDICIONANTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL** 3º Simpósio de Segurança Alimentar, Florianópolis/SC 2010.

ANDRÉ. Marli. **Estudo de caso: seu potencial em educação**. In: Cadernos de pesquisa. Nº 49, v, 1984, p. 51-54.

CARUSO, C. de O. ANJOS, F. S. dos. **Dificuldades para Implementação de Agroindústrias Familiares no Extremo Sul do Rio Grande do Sul. XVII CIC e X ENPOS**. Conhecimento sem Fronteiras. 11, 12, 13 e 14 de novembro de 2008.

NASCIMENTO NETO, F. **Recomendações básicas para a aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar**/organizador, Fênelon do Nascimento Neto. – Brasília, DF; Embrapa Informações Tecnológicas, 2006. 243p. – Programa de agroindustrialização da Agricultura Familiar.